

Revisão Participativa do Plano Diretor Estratégico

Avaliações e Objetivos

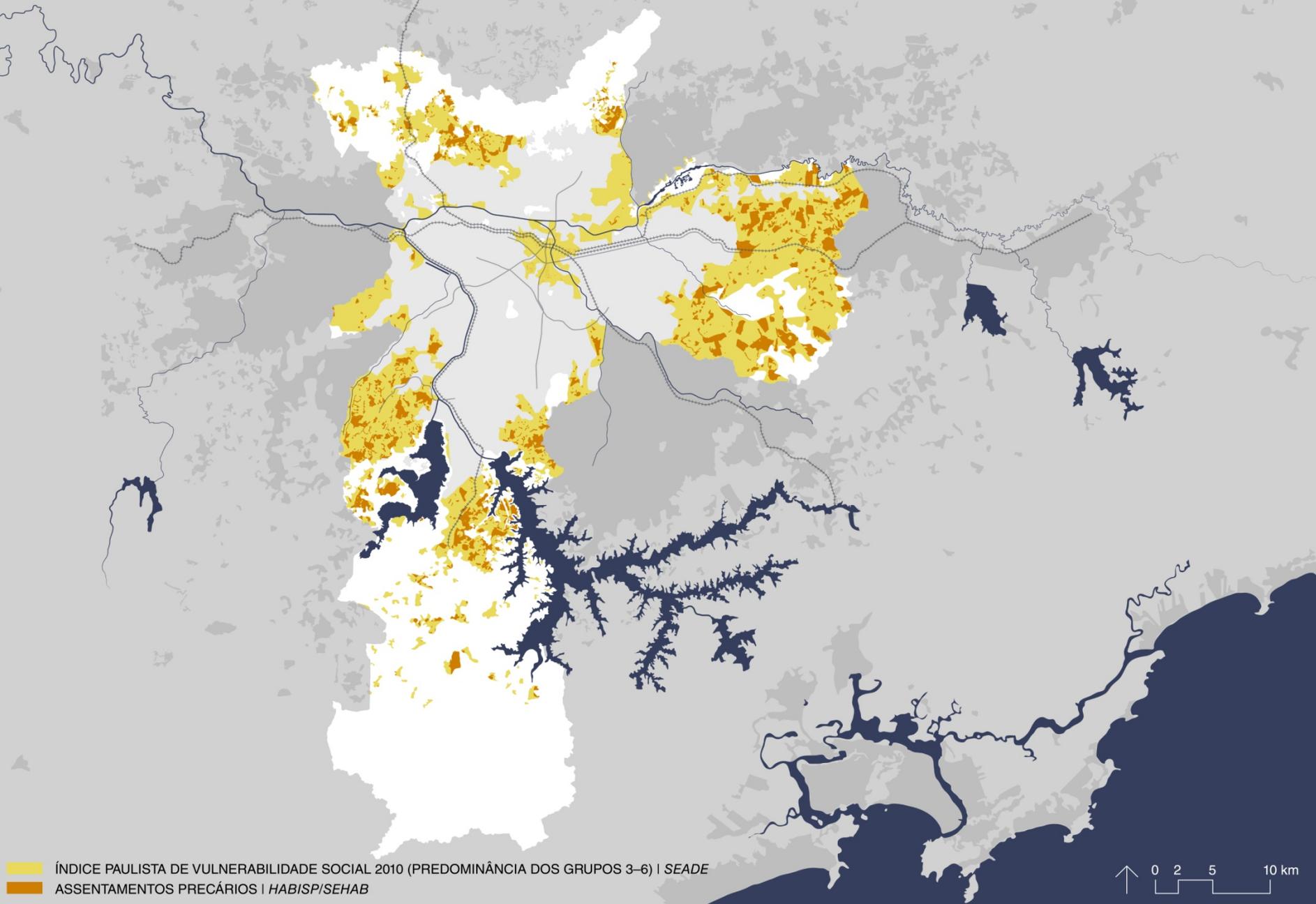
2013



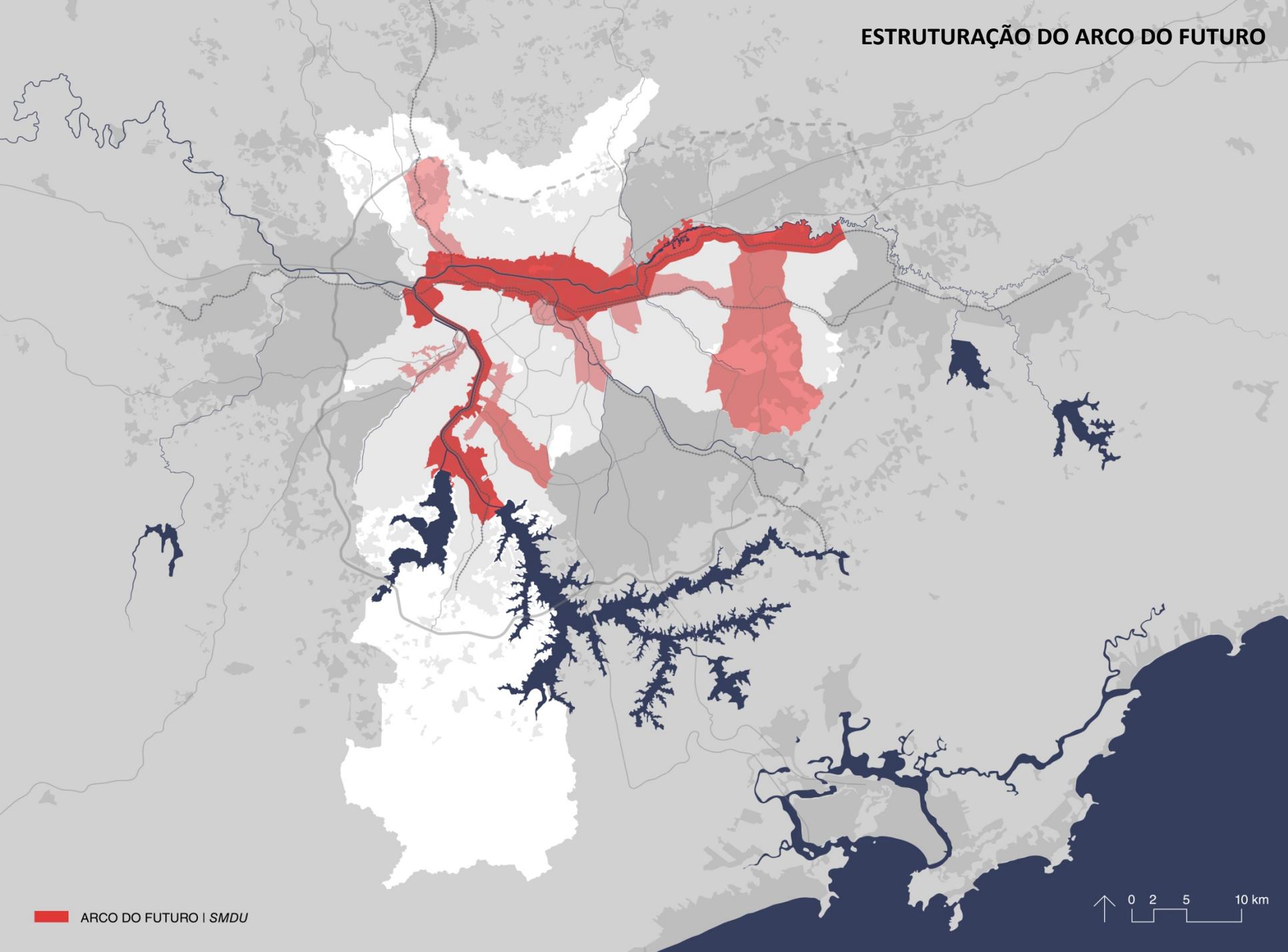
**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

DESENVOLVIMENTO URBANO

RESGATE DA CIDADANIA NOS TERRITÓRIOS MAIS VULNERÁVEIS



ESTRUTURAÇÃO DO ARCO DO FUTURO



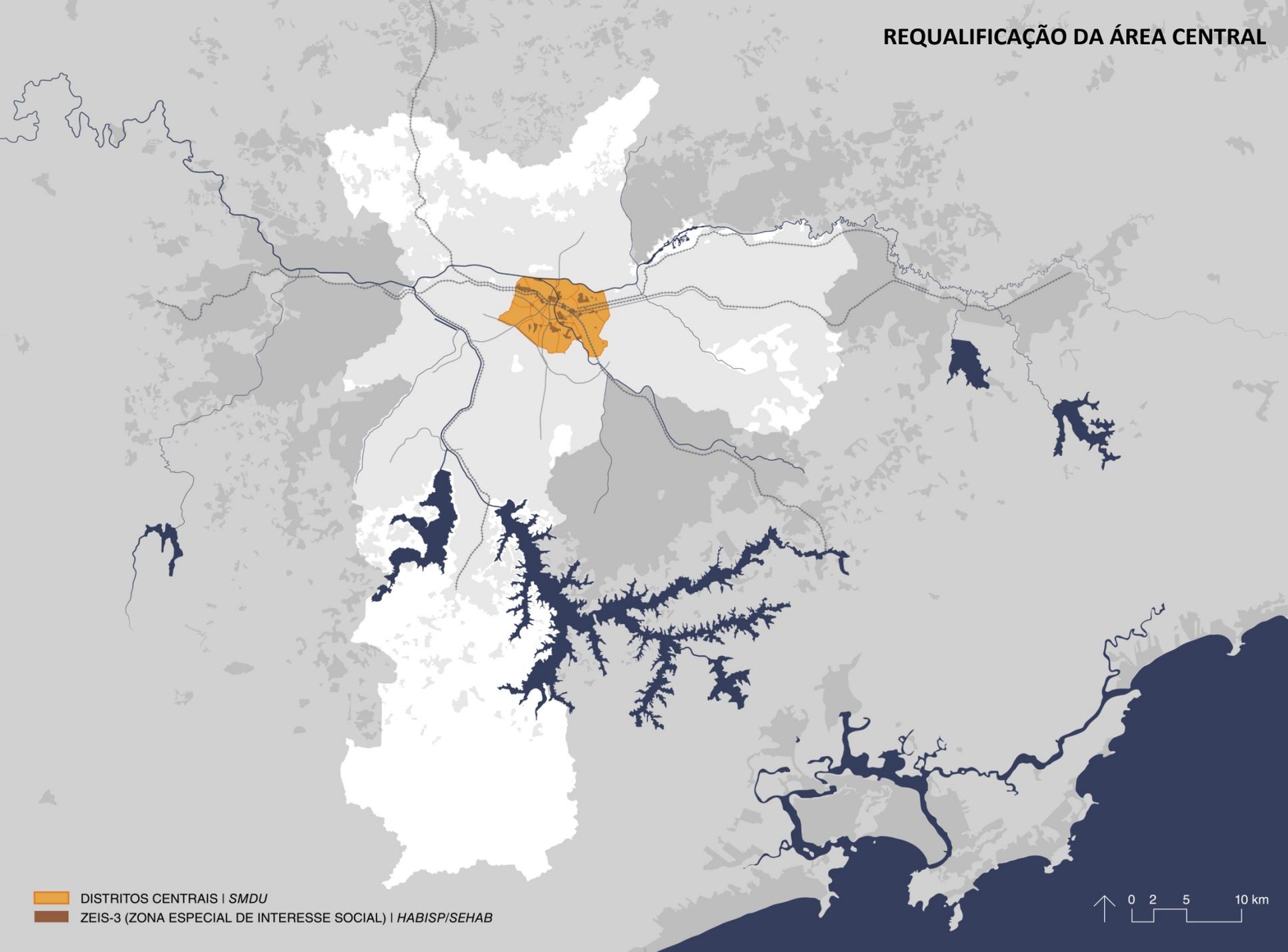
ARCO DO FUTURO | SMDU

0 2 5 10 km

REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

 DISTRITOS CENTRAIS | *SMDU*
 ZEIS-3 (ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL) | *HABISP/SEHAB*

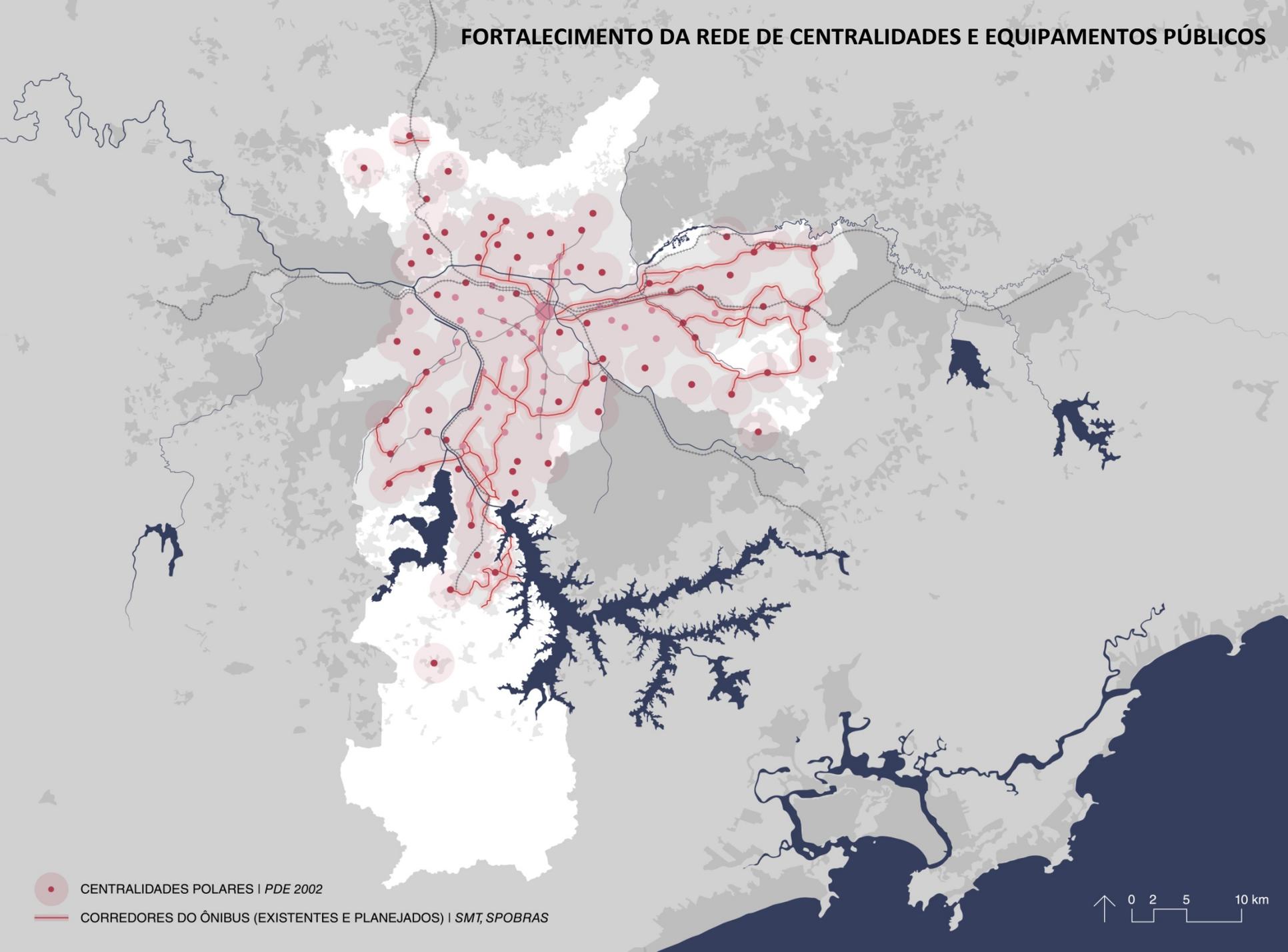
↑ 0 2 5 10 km



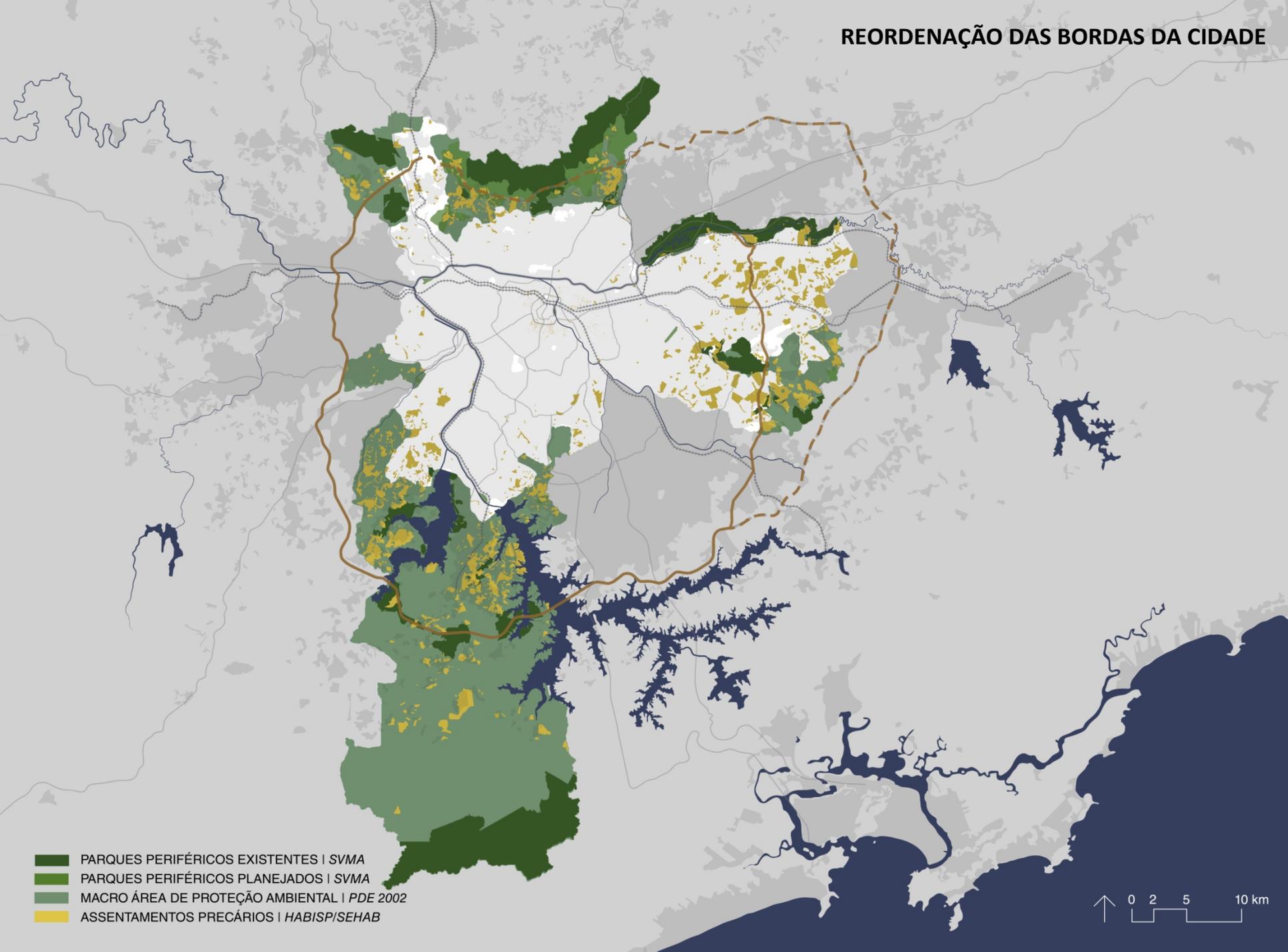
FORTALECIMENTO DA REDE DE CENTRALIDADES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

 CENTRALIDADES POLARES | *PDE 2002*
 CORREDORES DO ÔNIBUS (EXISTENTES E PLANEJADOS) | *SMT, SPOBRAS*

 0 2 5 10 km



REORDENAÇÃO DAS BORDAS DA CIDADE



- PARQUES PERIFÉRICOS EXISTENTES | SVMA
- PARQUES PERIFÉRICOS PLANEJADOS | SVMA
- MACRO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL | PDE 2002
- ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS | HABISPISEHAB



Objetivos das Oficinas nas Subprefeituras

- Levantar **contribuições e propostas** para a revisão participativa do Plano Diretor Estratégico;
- Discutir os objetivos da revisão do Plano Diretor Estratégico;
- Discutir propostas preliminares para a revisão do Plano Diretor Estratégico.

Programação da Oficina

8 às 9h Recepção e Credenciamento

9h Abertura dos trabalhos e exposição de objetivos e propostas

10h Trabalho em grupos

13h Intervalo para lanche

14h Plenária para apresentação dos resultados dos trabalhos em grupos

15h Encerramento

Observações importantes:

1. Nas oficinas haverá debate das ideias e construção coletiva de propostas.
2. Os interessados em apresentar outras propostas, além das discutidas nos grupos, poderão fazê-lo preenchendo o FORMULÁRIO PADRÃO disponível na recepção ou pela internet em gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br.
3. Por favor, preencham a AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ao final dos trabalhos

Marco Regulatório – Cronograma da revisão

1º sem. 2013						2º sem. 2013						1º sem. 2014						2º sem. 2014						1º sem. 2015						2º sem. 2015																	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12												
Revisão do PDE						Revisão da LPUOS																								Revisão dos PREs						Revisão do COE						Legislações específicas					

Cronograma da revisão do PDE

1º sem.
2013

2º sem.
2013

1 2 3 4 5 6 7 8 9

Revisão do PDE

1ª fase (abr/mai): avaliação temática participativa

2ª fase (jun/jul): oficinas nas subprefeituras

3ª fase (abr/jul): sistematização das contribuições

4ª fase (ago/set): devolutiva e discussões públicas sobre a minuta do PDE

Participação eletrônica pelo Gestão Urbana SP

O que é?

Um site especial da SMDU para a revisão participativa do Marco Regulatório.

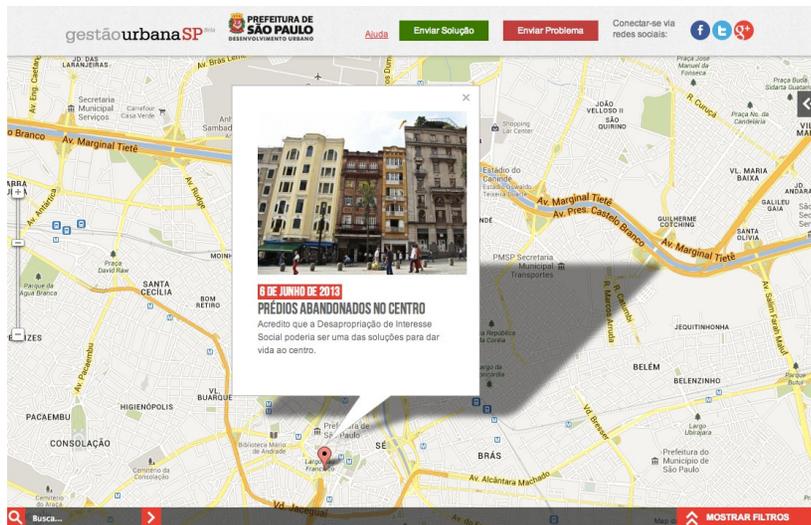
Para que serve?

- entender a revisão participativa e suas etapas,
- acompanhar as últimas notícias e a agenda,
- Acessar e baixar facilmente documentos usados na revisão, como leis e apresentações
- Assistir aos vídeos das atividades da 1ª Etapa – Avaliação temática

Participação eletrônica pelo Gestão Urbana SP

Novidades na 2ª Etapa

Durante a segunda etapa, o site contará com novas formas de participação:



Mapeamento Colaborativo

Aberto para a colaboração para você apontar o que está bom ou precisa melhorar.

OBJETIVO *

Relacionar a qual objetivo sua

1- Fortalecer as dinâmicas
renda e redistribuindo oportuni

2 - Melhorar as condições d
fortalecimento dos modos não
automóveis individuais

Ficha de Propostas Online

Disponível para o envio de propostas, permitindo a participação a todo momento.

Acesse e experimente:

<http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/participe>

O que é o PDE?

- Define a “função social” da cidade e da propriedade urbana.
- **Define as regras** para a organizar melhor as grandes áreas da cidade e garantir, por exemplo, moradias perto dos empregos, serviços e equipamentos urbanos, bons espaços públicos, preservação do meio ambiente, moradia adequada para todos, transporte coletivo de boa qualidade, entre outras coisas.
- Orienta as decisões sobre os investimentos na cidade, pois deve ser observado na proposta de orçamento anual e no plano plurianual.
- Institui as formas de participação social da população no planejamento e gestão da cidade.

O que não faz parte do PDE

- **O detalhamento das regras de Uso e Ocupação do Solo**
- **Obras e intervenções pontuais (Iluminação pública, asfaltamento de rua, poda de árvore, linhas de ônibus, etc.)**
- **Ações setoriais pontuais (mais médicos em hospitais, assistência aos usuários de droga, etc.)**



Objetivo 1: Ampliar as oportunidades de trabalho com distribuição na cidade toda

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Manteve áreas industriais (ZIR) e (Macroárea de Reestruturação e Requalificação);
- Assumiu o território como de uso misto (convívio entre comércio e moradia);
- Definiu instrumentos urbanísticos tais como Operação Urbana nestas áreas em transformação.

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Melhorias urbanas nas áreas de centralidades ;
- Melhorias nas condições de acessibilidade aos espaços de trabalho;
- Zoneamento econômico para desenvolvimento de atividades industriais e incentivo para implantação de empreendimentos;
- Mini distritos empresariais;
- Incentivos para o desenvolvimento de atividades estratégicas;
- Parâmetros de uso e ocupação e de definição de EHIS que inclua a convivência entre atividades residenciais e atividades produtivas e não residenciais.



Objetivo 2 : Melhorar a qualidade do transporte coletivo público e as condições para ciclistas e pedestres reduzindo congestionamentos

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Definiu a Rede Viária Estrutural e a Rede Estrutural de Transporte Público Coletivo, com seus vários modos, como elementos estruturadores da urbanização;
- Determinou a elaboração do Plano Municipal de Circulação Viária e de Transportes (2003);
- Propôs sistema de corredores de ônibus;
- Propôs bilhete único;
- Propôs um conjunto de melhoramentos viários, ampliados nos PREs;
- Indicou a necessidade de formulação de uma política para circulação de cargas no município.

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Melhorar e incrementar a integração intermodal;
- Ampliar a rede de corredores de ônibus e requalificar os corredores existentes
- Incentivar tecnologias menos poluentes de propulsão;
- Elaboração de Plano de Logística Urbana e uma política para cargas;
- Melhorar a infraestrutura de circulação na periferia da cidade;
- Elaborar Plano de Mobilidade Urbana em atendimento a Lei Federal nº 12587/2012 (“Estatuto da Mobilidade Urbana”);
- Melhorar a articulação entre os sistemas municipal e metropolitano de transporte;
- Incentivar e promover a construção de estacionamentos vinculados às estações de transporte .



Objetivo 3: Maior aproveitamento dos terrenos ao longo dos principais eixos de transporte coletivo com moradias e trabalho

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Instituiu as Áreas de Intervenção Urbana (AIUs) como territórios prioritários de adensamento ao longo dos eixos de transporte público coletivo;
- Previu o uso misto de forma ampliada nas áreas urbanizadas;
- Previu operações urbanas consorciadas ao longo da orla ferroviária, das áreas industriais em reestruturação e na zona leste.
- Instituiu o estoque de potencial construtivo adicional como ferramenta de controle do adensamento na implementação da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Melhorar a qualidade dos espaços públicos, englobando alargamento e padronização de calçadas, implantação de ciclovias, arborização urbana, implantação de mobiliário urbano, enterramento da fiação e acessibilidade universal;
- Promover usos diversificados, principalmente a combinação de habitação com comércio, serviços e usos institucionais;
- Aplicar Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Definir diretrizes para construções de empreendimentos com:

- Melhor relação do nível térreo com o espaço público
- Melhor relação com a paisagem urbana;
- Controle do porte dos empreendimentos e número de vagas de estacionamento conforme a localização.



Objetivo 4: Diminuir os impactos negativos dos empreendimentos e infraestruturas

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

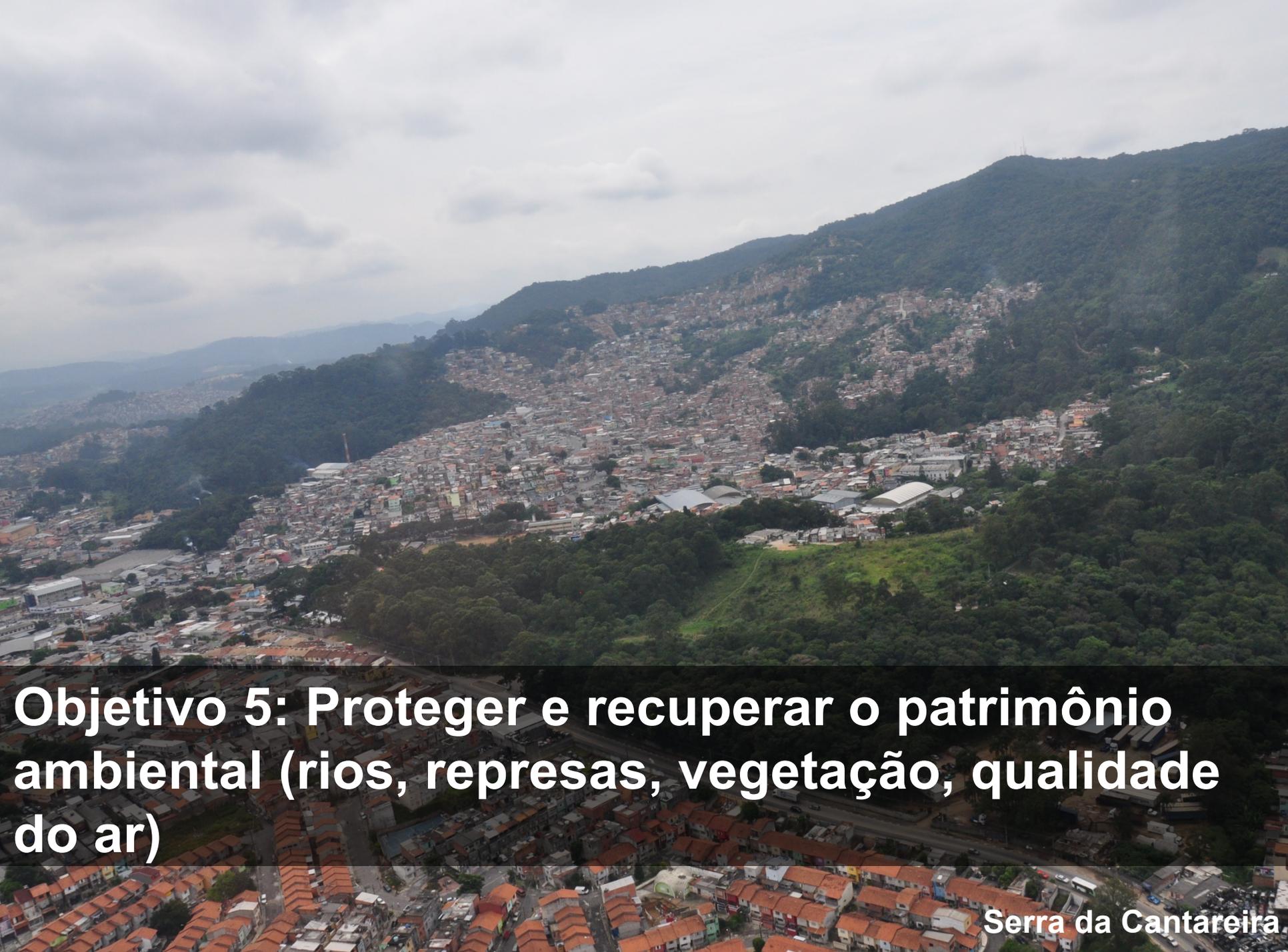
Estabeleceu a análise caso a caso de empreendimentos geradores de impacto ambiental e urbanístico, através dos seguintes instrumentos:

- Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV-RIV);
- Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ambiental (EIA-RIMA);
- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC);
- Termo Compensação Ambiental (TCA).

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e Estudo de Impacto Ambiental – EIA:

- análise cumulativa dos empreendimentos;
- estabelecer que as medidas mitigadoras e compensatórias sejam executadas pelo empreendedor.



Objetivo 5: Proteger e recuperar o patrimônio ambiental (rios, represas, vegetação, qualidade do ar)

Serra da Cantareira.

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Definiu objetivos, diretrizes e ações estratégicas para a política ambiental e de áreas verdes;
- Propôs a criação de um Sistema Municipal de Áreas Verdes;
- Propôs a criação de Caminhos Verdes em vias estruturais da cidade;
- Definiu a Macrozona de Proteção Ambiental (com assentamentos precários e áreas de altas declividades, vegetações importantes, mananciais de água que abastecem a metrópole) subdivida em Macroáreas de Proteção Integral, de Uso Sustentável e de Conservação e Recuperação;
- Definiu Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM) e as Zonas Especiais de Produção Agrícola (ZEPAG);
- Propôs a Transferência do Direito de Construir de lotes e glebas localizados na Macrozona de Proteção Ambiental e nas ZEPAG;
- Instituiu instrumentos de gestão ambiental como, por exemplo, o Termo de Compromisso Ambiental (TCA) e a Avaliação Ambiental Estratégica.

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Prever investimentos para recuperar, limpar e despoluir rios, córregos e represas;
- Aperfeiçoar Macrozona de Proteção Ambiental e de suas respectivas Macroáreas de Proteção Integral, de Uso Sustentável e de Conservação e Recuperação;
- Aperfeiçoar o Sistema Municipal de Áreas Verdes;
- Estabelecer um zoneamento ambiental nas áreas urbanas;
- Aplicar a Transferência do Direito de Construir de imóveis privados importantes para a proteção e recuperação do patrimônio ambiental;
- Manter os instrumentos de gestão ambiental como, por exemplo, o Termo de Compromisso Ambiental e a Avaliação Ambiental Estratégica;
- Instituir Serviços Ambientais.



Objetivo 6: Proteger e recuperar os diversos patrimônios culturais

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Definiu objetivos, diretrizes e ações estratégicas para o campo da cultura;
- Definiu Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC);
- Propôs a Transferência do Direito de Construir de imóveis inseridos nas Zonas Especiais de Preservação Cultural.

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Aperfeiçoar as Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC);
- Desenvolver Projetos Integradores em áreas do entorno de patrimônios culturais;
- Aplicar a Transferência do Direito de Construir de imóveis importantes para a proteção e recuperação do patrimônio cultural.



Objetivo 7: Ampliar o acesso às terras urbanas para a produção habitacional de interesse social

Vila Prudente

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Demarcou ZEIS em áreas vazias e imóveis subutilizados
 - ZEIS 2 – terrenos vazios
 - ZEIS 3 – terrenos ou edifícios vazios ou subutilizados na área central da cidade
 - ZEIS 4 – terrenos vazios em áreas de proteção e recuperação aos mananciais
- Previu a elaboração do Plano Municipal de Habitação
- Previu a implementação de instrumentos urbanísticos para aproveitamento de imóveis vazios e subutilizados (parcelamento, edificação e utilização compulsória; IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública)



PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Ampliar a demarcação de ZEIS em imóveis vazios ou subutilizados, em áreas adequadas para a produção habitacional
- Rever os critérios de definição das famílias a serem atendidas com novas moradias em ZEIS 2, 3 e 4
- Criar novos dispositivos de produção de Habitação Social para além das ZEIS
- Articular planejamento urbano (implantação de rede de equipamentos e infraestrutura urbana) com política de habitação
- Revisar e implementar o Plano Municipal de Habitação



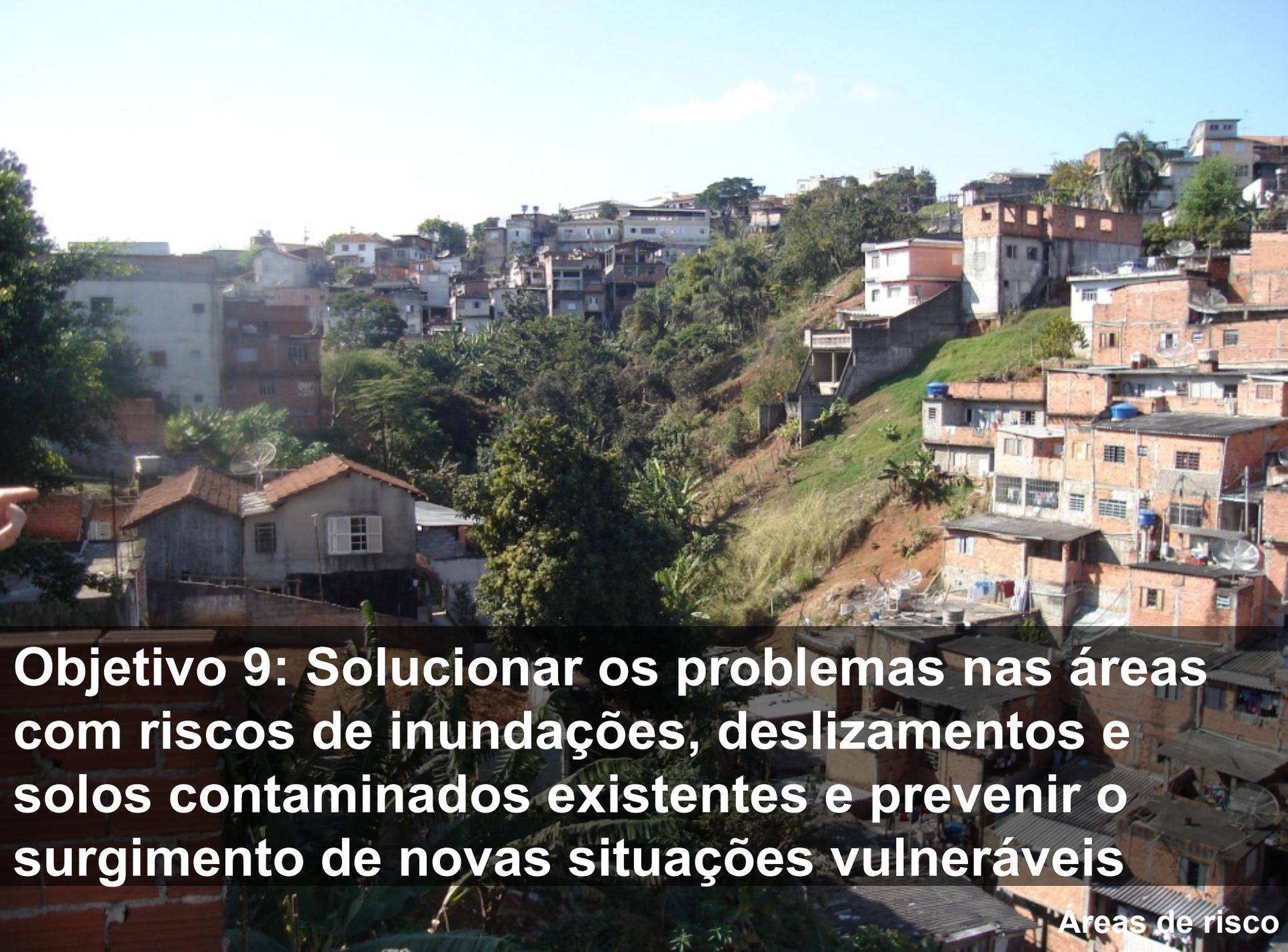
Objetivo 8: Melhorar as condições de vida e de moradia nas favelas e loteamentos irregulares com regularização fundiária

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Reconheceu a existência de assentamentos precários
- Demarcou Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1) em favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais ocupados pela população de baixa renda
- Previu a elaboração do Plano Municipal de Habitação
- Previu a implementação dos instrumentos de regularização fundiária (concessão especial para fins de moradia, concessão de direito real de uso, direito de superfície, usucapião especial)

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Atualizar o mapeamento de assentamentos precários no município para demarcação de novas ZEIS 1;
- Incorporar a demarcação urbanística aos instrumentos de regularização fundiária;
- Articular planejamento urbano (implantação de rede de equipamentos e infraestrutura urbana) com política de habitação;
- Revisar e implementar o Plano Municipal de Habitação.



Objetivo 9: Solucionar os problemas nas áreas com riscos de inundações, deslizamentos e solos contaminados existentes e prevenir o surgimento de novas situações vulneráveis

Áreas de risco

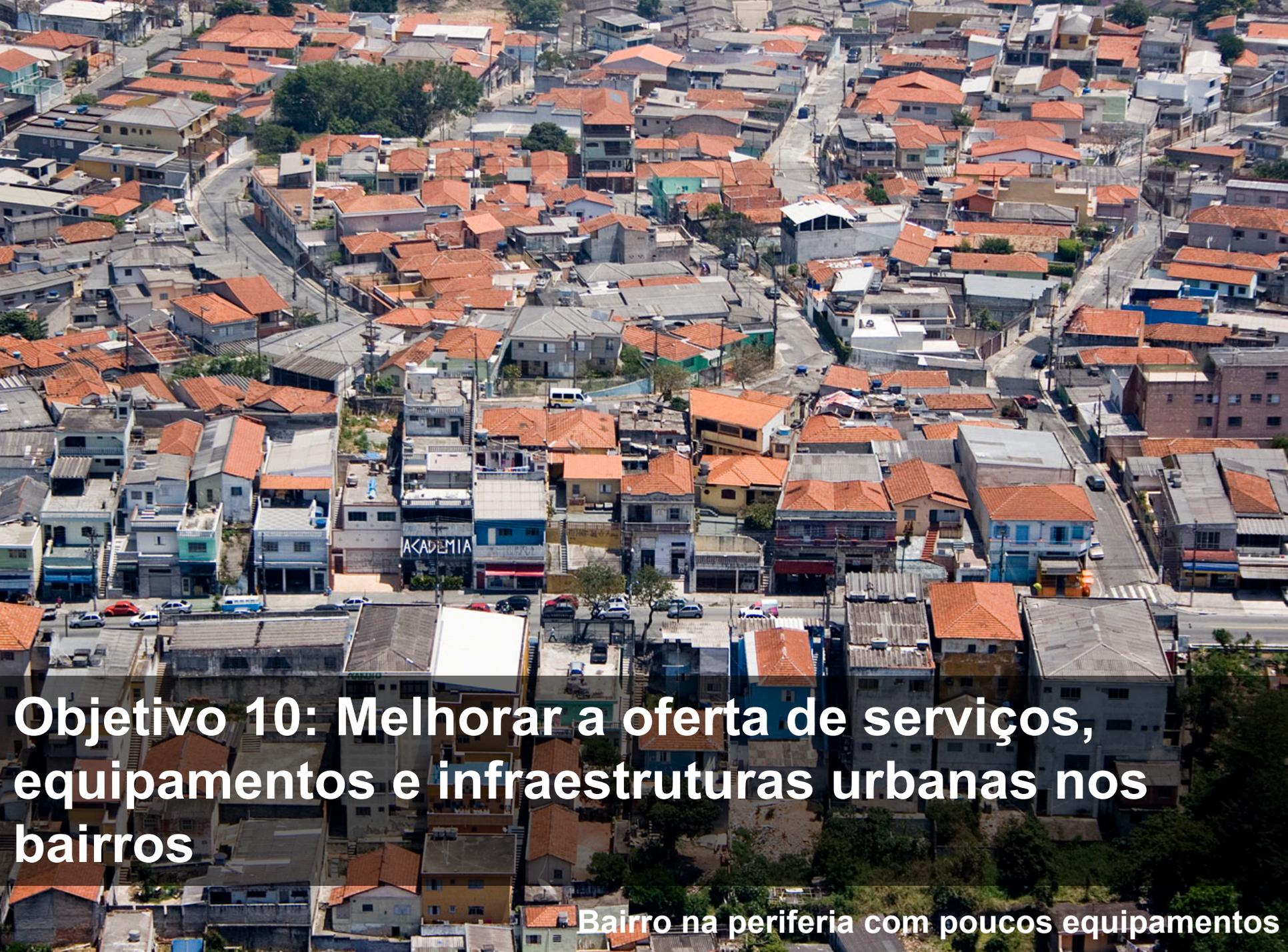
COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Propôs diretrizes gerais para eliminar situações de risco
- Propôs a implementação de parques lineares, para recuperar a permeabilidade das áreas de inundação



PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Definir ações e investimentos para eliminar situações de risco
- Estabelecer padrões de uso e ocupação do solo considerando as áreas frágeis ou impróprias à ocupação urbana
- Elaborar e implementar o Plano de Gestão de Riscos incluindo:
 - mapeamento e monitoramento das áreas de risco de inundação e de escorregamento
 - atendimento à população moradora de risco



Objetivo 10: Melhorar a oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas nos bairros

Bairro na periferia com poucos equipamentos

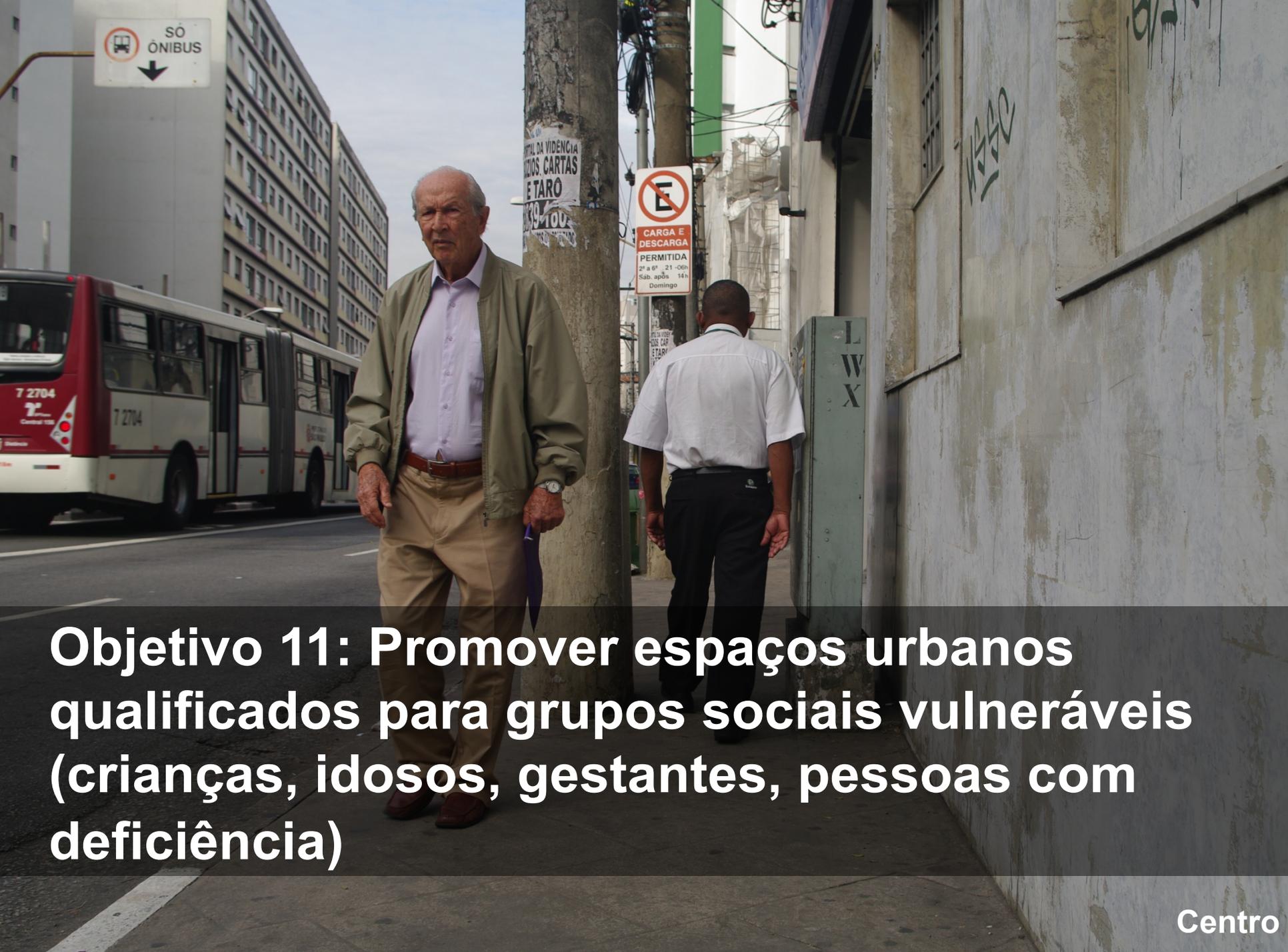
COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Definiu objetivos, diretrizes e estratégias para políticas setoriais – educação, saúde, cultura, esportes, lazer e recreação, entre outras – e para oferta de equipamentos.
- Definiu construção de Centro Educacional Unificado (CEU).



PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Implementar o sistema de gestão integrada de equipamentos públicos nas subprefeituras, com:
 - fortalecimento da gestão integrada de políticas públicas nas subprefeituras;
 - definição de áreas prioritárias para implementação de equipamentos públicos;
 - articulação dos equipamentos em rede no território
 - articulação da gestão integrada de equipamentos públicos, a exemplo dos CEUs;
 - informação acessível aos usuários do atendimento e programação dos equipamentos públicos.
- Integrar equipamentos públicos às políticas de habitação, saneamento e mobilidade.
- Definir estratégias para acesso a terrenos destinados a construção de equipamentos públicos.



Objetivo 11: Promover espaços urbanos qualificados para grupos sociais vulneráveis (crianças, idosos, gestantes, pessoas com deficiência)

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

- Definiu objetivos, diretrizes e estratégias para políticas setoriais – educação, saúde, cultura, esportes, lazer e recreação, entre outras – e para oferta de equipamentos.

!! PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

- Definir ações e investimentos para executar melhorias nos espaços urbanos;
- Rotas acessíveis ligando equipamentos às redes de transporte público;
- Prever planos e projetos de bairro;
- Incentivos para a recuperação das calçadas.



Objetivo 12: Fortalecer o planejamento e a gestão urbana descentralizados com participação e controle social

COMO O PDE 2002 TRATOU O TEMA

Estabeleceu a necessidade de construir um SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA com:

Sistemas de informação

Instâncias de participação direta:

- Conferências Municipais de Desenvolvimento Urbano
- Assembleias regionais de Política Urbana
- C MPU (Conselho Municipal de Política Urbana)
- Audiências Públicas
- Iniciativas populares
- Conselhos Municipais
- Assembleias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal
- Programas e projetos com gestão popular.
- Plebiscitos e referendos
- Conselho Gestor ZEIS

Órgãos de participação:

- CTLU (Câmara Técnica de Legislação Urbanística)
- Conselho Municipal de Política urbana (C MPU)
- Conselho Gestor do FUNDURB



PROPOSTAS PARA O NOVO PDE

CMPU (Conselho Municipal de Política Urbana):

- Reestruturação do conselho com representação de todos os segmentos, de acordo com a estrutura do ConCidades;
- Eleição direta dos representantes dos segmentos pelos seus pares;
- Reforço na articulação e coordenação dos Conselhos Setoriais e Conselho das Subprefeituras.

FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano):

- uso planejado dos recursos com prioridade no atendimento de necessidades sociais de forma integrada no território
- ampliar controle social dos recursos com transparência das decisões;
- Representantes da sociedade civil eleitos pelo CMPU.

Conferências Municipais da Cidade e da Habitação

- Estabelecer a obrigatoriedade de Convocação ordinariamente a cada 2 anos.